

1 **RESUMO EXECUTIVO DA ATA**

2 **3ª Reunião Plenária do CBH-AT de 2024 - Extraordinária**

3 **Data:** 26 de setembro de 2024.

4 **Horário:** 09:00h

5 **Local:** Ambiente virtual pela Plataforma Teams.

6 **Membros do Colegiado**

7 (A relação completa, daqueles que registraram devidamente presença, encontra-se disponível na
8 Secretaria Executiva do Comitê)

9 **SEGMENTO ESTADO**

10 Seica Ono	SPÁGUAS
11 Laura Stela Naliato Perez	SEMIL
12 Gerson Salviano Almeida Filho	IPT
13 Josenei Gabriel Cara	Fundação Florestal
14 Luciana Martin Rodrigues Ferreira	Instituto de Pesquisas Ambientais

15 **SEGMENTO MUNICÍPIOS**

16 Douglas Batista	Salesópolis
17 José Eduardo Victorino	Mairiporã
18 Ruth Cristina Ferreira Ramos	Diadema
19 Karin Kelly da Silva	Ribeirão Pires
20 Andrei Rosental Buarque	Barueri
21 Solange Wuo Franco	Suzano
22 Marcel Ian	Biritiba Mirim

23 **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

24 Melissa Cristina Graciosa	UFABC – Vice-presidente
25 Sueli Moroni da Silva Machado	FIESP
26 Ricardo Alexandre Lieutaud	CIESP-SP
27 Amauri Pollachi	ONDAS
28 Francisca Adalgisa da Silva	APU
29 Priscila Bezerra	ABCON
30 Cristiane Lima Cortez	FECOMERCIO-SP
31 Mário de Carvalho Fontes Neto	Associação Nossa Guarapiranga
32 Elcio de Sales	CIESP Oeste
33 Gustavo Veronesi	SOS Mata Atlântica
34 Vanessa Dias	SindusCon-SP

35

36 **1. Abertura e 2. Informes:** Beatriz Silva Gonçalves Vilerá, Diretora Técnica da
37 Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (FABHAT), cumprimentou a
38 todos relatou que a FABHAT tem, em execução, 3 projetos FEHIDRO (Fundo
39 Estadual de Recursos Hídricos) demandados pelo Comitê. Um deles, o Programa
40 de Educação Ambiental da Bacia do Alto Tietê, que está em execução. A ordem de
41 serviço foi dada no dia 23 de setembro de 2024 e a Câmara Técnica de Educação
42 Ambiental irá acompanhar a execução do Programa. Outro empreendimento em
43 andamento, na fase final de execução, é o Plano de Gestão Integrada de Resíduos
44 Sólidos da Bacia do Alto Tietê. Em novembro, haverá divulgação da Consulta
45 Pública sobre a minuta do Plano. Depois, exibiu o site da FABHAT e mostrou que
46 todos podem consultar quaisquer informações relacionadas ao andamento dos
47 projetos. Valburg de Sousa Santos (Assessor técnico da FABHAT) apresentou os
48 Estudos Hidrogeológicos na Região de Jurubatuba. O empreendimento foi indicado
49 em 2021 e, após tratativas nos últimos anos, com a ordem de serviço foi em janeiro
50 deste ano. O executor do projeto será o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do
51 Estado de São Paulo (IPT) juntamente com a Fundação de Apoio ao Instituto de
52 Pesquisas Tecnológicas (FIPT). O objetivo é atualizar e ampliar o conhecimento
53 sobre a contaminação, geologia e hidrogeologia da região para revisar o modelo de
54 gestão estabelecido na Deliberação CBH-AT nº 139/2021. Até então, o
55 empreendimento está na fase de Trabalho de Campo, fazendo a coleta de diversas
56 evidências e levantamentos do SP Águas, da Companhia Ambiental do Estado de
57 São Paulo (CETESB), Vigilância Sanitária e orientações técnicas, desde 2011. A
58 previsão de conclusão é para o primeiro semestre de 2025. Apresentou tela
59 dispondo a distribuição geral dos poços na área de estudo e explicou que as
60 análises serão feitas tanto dentro, quanto fora, da área poligonal, para entender se
61 a contaminação se expandiu ou não. A depender da análise, uma nova delimitação
62 pode ser feita. Até agora, foram definidas 8 áreas de interesse e, dentro dessas,
63 100 pontos serão selecionados como pontos de interesse para etapa de
64 amostragem. No dia 2 de outubro, haverá uma reunião com a Câmara Técnica de
65 Águas Subterrâneas e a Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico a fim de
66 concluir se os que forem selecionados são representativos para a coleta de
67 amostragem. Foi montada uma equipe de acompanhamento técnico, composta
68 pelos três segmentos, o Estado, os Municípios e a Sociedade Civil, incluindo
69 instâncias do Comitê, responsável pelo acompanhamento e aprovação dos
70 produtos gerados. Valburg finalizou dizendo que todas as informações
71 apresentadas, e outras mais detalhadas, estão no site da FABHAT e serão
72 atualizadas conforme progresso do projeto. Na sequência Beatriz informou sobre o
73 status dos empreendimentos do GT Consultas Ambientais. O empreendedor
74 responsável pela Segregação Sudeste do Transporte Ferroviário de Cargas e
75 Trecho Central Compartilhado realizou a apresentação do projeto, restando a
76 indicação de nomes para elaboração do parecer e manifestação do Comitê.
77 Também foi enviado email, mas não houve retorno e solicitou a colaboração dos
78 envolvidos para que ocorra um retorno. Os empreendimentos, também em conjunto
79 com a GT Consultas Ambientais, Condomínio Logístico PROLOGIS, Ampliação da
80 Área de Lavra de Granito e Saibro da Polimix Concreto e Ponte Graúna Gaivota
81 foram agendados para o dia 04 de outubro. Novamente, Beatriz solicitou a
82 colaboração dos integrantes para a produzirem a manifestação do Comitê. Melissa
83 Graciosa, Vice-presidente do Comitê (UFABC), parabenizou o trabalho de todos os
84 técnicos da FABH-AT. Informou que o Comitê marcou presença no Encontro

85 Nacional de Águas Urbanas, organizado pela Associação Brasileira de Recursos
86 Hídricos (ABRHidro). Neste evento, o Comitê participou de algumas oficinas e
87 apresentou trabalhos relacionados à perspectiva de possibilidades de apoio e
88 financiamento na intervenção de drenagem sustentável das florestas, apoio às
89 áreas públicas e privadas protegidas e Água Limpa.

90 **3. Ordem do dia: 3.1 Apresentação da SOS Mata Atlântica sobre os dados de**
91 **monitoramento dos voluntários do “Observando os rios das bacias Alto e**
92 **Médio Tietê”:** Gustavo Veronesi, Coordenador da ONG SOS Mata Atlântica, em
93 síntese, apresentou a organização descrevendo as suas quatro principais áreas de
94 atuação: enfrentamento à emergência climática, restauração das florestas, apoio às
95 áreas públicas e privadas protegidas e Água Limpa. O projeto Água Limpa começou
96 depois da aparição de um jacaré na cidade de São Paulo, na década de 90. A
97 primeira mobilização, após a criação do Núcleo Pró-Tietê, coletou 1.200.000
98 assinaturas pela despoluição do rio e foi entregue ao Governador da época, Luiz
99 Antônio Fleury Filho. Em 1993, surgiu o movimento Observando o Tietê, que hoje é
100 denominado “Observando os Rios”, devido a expansão do projeto, com objetivo de
101 monitorar a qualidade da água do rio. Atualmente, o grupo está presente em 17
102 estados do Brasil, 85 municípios, 149 grupos de monitoramento, 2 mil voluntários,
103 176 pontos de análise e 145 rios monitorados. O monitoramento foi realizado em 28
104 municípios, de Salesópolis a Barra Bonita, e 39 rios, totalizando 379 análises. De
105 todos os pontos monitorados, apenas sete apresentaram qualidade boa da água,
106 38 foram regulares, 10 ruins e 6 mostram péssima qualidade. Gustavo compara os
107 resultados de 2024 com os de 2023 e conclui que houve pouquíssima melhora. A
108 mancha de poluição do Rio Tietê aumentou 29%, 47 km, de 160 km para 207 km,
109 na região de cabeceira do rio. Os principais municípios afetados foram Mogi das
110 Cruzes, Itaquá e Suzano. Dois fatores que contribuíram para esse crescimento são:
111 a falta de saneamento básico e as secas. Essa mancha vem aumentando, nos
112 últimos três anos. Para finalizar, Gustavo expôs os objetivos do Núcleo: recuperar a
113 Mata Atlântica, fim da classificação 4 dos rios, rios com nascentes protegidas,
114 margens protegidas por florestas, rio Tietê como sujeito de direitos, rios sem
115 nenhum tipo de resíduos, saneamento básico, Parque Linear do Tietê na capital e
116 promover a gestão integrada e garantir maior participação social.

117 **3.2 Aprovação da Ata Resumida 2ª Reunião Plenária do CBH-AT em 29 de**
118 **agosto de 2024. A Ata foi aprovada por unanimidade.** A Vice-presidente solicitou
119 dispensa da leitura da Ata. Cristiane Lima Cortez (FECOMERCIO-SP) solicitou a
120 numeração das Deliberações, o que será acrescentado. Gerson Salviano Almeida
121 Filho (IPT) solicitou a inclusão do termo “IPT” como complemento de identificação.

122 **3.3 Aprovação da Deliberação CBH-AT nº 184, que aprova o regulamento do**
123 **processo eleitoral do segmento Sociedade Civil para o mandato 2025-2027.**
124 **Aprovada.** A Vice-presidente lembrou a todos que, como o documento já havia
125 sido enviado aos membros, com prazo para contribuições, apenas resumiria o
126 conteúdo: A principal alteração proposta na Deliberação diz respeito ao cadastro
127 das entidades que vão participar do processo eleitoral. A informação já foi
128 elaborada pela Secretaria Executiva e será divulgada. Não houve alteração na
129 quantidade de cadeiras ofertadas e nem na distribuição delas por segmento. A
130 entidade deve pleitear participação em apenas uma categoria e, na categoria

131 “usuário das águas”, apenas um setor. Na categoria II, “usuários das águas”, as
132 vagas devem ser preenchidas conforme os respectivos setores, caso haja vagas
133 remanescentes, as mesmas podem ser completadas por entidades de outro setor
134 da mesma categoria. As documentações das instituições devem ser enviadas até
135 29 de novembro e a divulgação daquelas habilitadas e inabilitadas acontecerá em
136 fevereiro. A Assembleia Geral e eleições acontecerão no início de março e a posse
137 no final do mês. O cadastro consiste no envio de uma ficha de inscrição, Estatuto,
138 Ata atualizada de posse da Diretoria, procuração do processo eleitoral e
139 comprovantes de atuação em atendimento aos requisitos estabelecidos no artigo
140 oitavo. Universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisa e
141 desenvolvimento tecnológico devem enviar cópia do credenciamento junto ao
142 Ministério de Educação e Cultura, além da comprovação da atuação na área de
143 recursos hídricos, saneamento e meio ambiente. Agora, se faz necessário a
144 comprovação de atuação nas áreas citadas anteriormente, seja por, pelo menos, 2
145 cursos ou trabalhos científicos publicados, como já era aplicado para outras
146 associações. Cristiane enviou sugestão de alteração no texto da categoria II, pois
147 está aberto a interpretações diferentes. O texto deveria especificar que, das 3
148 vagas ofertadas, uma deve ser destinada para entidades do comércio, outra para a
149 indústria e a última para serviços. Beatriz colocou que o texto será reescrito, mas só
150 pode ser aplicado para o Alto Tietê. Sueli Moroni da Silva (FIESP) não concordou
151 com a sugestão de Cristiane. Ao final, sem outras manifestações, a Vice-presidente
152 colocou em votação duas opções de Deliberação (i) com a manutenção do texto
153 original e, (ii) alterando o texto com base na proposta de Cristiane. Após votação, a
154 segunda opção foi a vencedora e o texto foi alterado. Amauri Pollachi (ONDAS)
155 afirmou que, após a privatização da SABESP será necessário remodelação das
156 vagas.

157 **3.4 Aprovação da Deliberação CBH-AT nº 185 que aprova o Programa de**
158 **Aplicação do Recurso FEHIDRO proveniente da compensação monetária nas**
159 **áreas de proteção e recuperação de mananciais na região metropolitana de**
160 **São Paulo. A Deliberação foi aprovada por unanimidade.** Beatriz explicou que
161 as Leis Específicas das áreas de mananciais, com exceção da Lei do Alto Cotia,
162 estabelecem que os valores monetários resultantes da compensação de projetos e
163 processos de licenciamentos sejam sempre creditados em uma subconta do
164 FEHIDRO. A CETESB encaminhou para o Comitê de Bacia a proposta de usar o
165 recurso arrecadado como instrumento de gestão dos mananciais. O programa foi
166 avaliado pela Câmara Técnica de Gestão de Investimentos (CTGI) em conjunto
167 com o GT Mananciais e foi aprovado em março deste ano. Dessa maneira, há duas
168 formas de aplicar o investimento: via projetos por contrato do FEHIDRO ou pelos
169 programas especiais de interesse público. Após a aprovação da Deliberação, o
170 Programa será encaminhado ao COFEHIDRO para que estabeleça critérios e
171 procedimentos para o repasse do investimento. Amauri (ONDAS) solicitou a adição
172 de um artigo com o dever da CETESB prestar contas anualmente da aplicação do
173 recurso e de seus resultados ao Comitê e Victorino disse que a prestação deveria
174 ser trimestral. Beatriz disse que a frequência da prestação está sujeita ao plano de
175 trabalho que a CETESB decidir, acompanhado das regras definidas pelo FEHIDRO.
176 Victorino (Prefeitura de Mairiporã) questionou como ficaria a situação dos
177 Consórcios pelo Programa proposto. Laura Stela Naliato Perez, (Assessora técnica
178 na Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística-SEMIL), respondeu que

179 a Deliberação trata apenas de licenciamentos estaduais. Para que a esfera
180 municipal seja contemplada, é necessário criar um programa apenas para o
181 município e acrescentou que, para licenças emitidas com compensação monetária,
182 a prestação de contas deve ser anual, pois muitas vezes o saldo inicial pode não
183 ser suficiente e é necessário aguardar a aplicação do banco para iniciar o projeto.
184 Lilian Barella Peres (CETESB), concordou, mas que uma vez por ano seria uma
185 frequência muito baixa. Hélio Suleiman (Diretor-presidente da FABHAT) disse que
186 o não cumprimento da meta estabelecida para aquele ano também é uma maneira
187 de prestação de contas. Victorino pediu para confirmar se, no documento, não há
188 menção “CETESB e municípios”. A Deliberação apenas citou “órgão licenciador” e
189 Laura explicou que esse programa não é único para toda a bacia. É possível
190 estabelecer um programa de compensação monetária exclusivo para municípios,
191 basta os mesmos se organizarem. Lilian questionou para que conta as
192 compensações dos municípios estão sendo enviadas. Laura respondeu que, até o
193 momento, não há recurso para solicitar a abertura de conta, pois não houve
194 nenhuma abertura de licenciamento exigindo compensação monetária. Valburg
195 complementou dizendo que a lei da Billings, parágrafo único do artigo 110, garante
196 que os recursos da compensação do licenciamento municipal teriam que ser
197 encaminhados para um fundo municipal e, nas outras leis citadas na Deliberação,
198 não há texto semelhante a este citado.

199 **3.5 Aprovação da Deliberação CBH-AT nº 186 que retifica a delimitação**
200 **proposta para a futura Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do**
201 **Rio Guaió (APRM-RG), nos municípios Ferraz de Vasconcelos e Poá. A**
202 **Deliberação foi aprovada por unanimidade.** Valburg apresentou. Na metade da
203 década de 1970 até o final da década de 1990, as primeiras leis (nº 898, nº 1.172 e
204 nº 9.866) não atingiram os objetivos estabelecidos. A partir dos anos 2000, foram
205 aprovadas 5 leis, as Leis Estaduais nº 12.233/2006, nº 13.579/2009, nº 15.790 e
206 15.913 de 2015 e nº 16.568/2017, que contaram com a participação do Comitê do
207 Alto Tietê. Em 2020, foi aprovada a Deliberação que aprovava os Programa de
208 Desenvolvimento e Projetos Aplicados (PDPA) com uma nota técnica trazendo
209 ajustes específicos da parte de zoneamento e qualidade da água. E, de 2021 até o
210 final de 2022, foi criado um grupo de trabalho Guaió e Cabuçu-Tanque Grande para
211 elaborar a minuta da lei da futura APRM, que foi aprovada pelo Comitê. Dessa
212 forma, as instâncias para que esse conteúdo seja aprovado na Assembleia
213 Legislativa de São Paulo-ALESP foram definidas. Entretanto, no fim do ano de
214 2023, após recebimento de um ofício da Prefeitura de Ferraz de Vasconcelos, foi
215 pontuada uma discrepância no PDPA em relação ao território na realidade, primeiro
216 foi constatado que a área em questão não era uma área de manancial e, depois, foi
217 dito o contrário. Na prática, um dos critérios para seleção da Companhia de
218 Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo-CDHU) é que se
219 a área de empreendimento não estivesse inserida em Áreas de Proteção Ambiental
220 de Mananciais (APM), poderia ser acarretado algum tipo de custo adicional ou
221 estudos que acabariam estendendo o período de análise. Sendo assim, o grupo GT
222 Mananciais foi contatado e uma vistoria em campo foi realizada para identificar o
223 que estava acontecendo. Pelo mapa elaborado pela CDHU o traçado (em
224 vermelho) representava a região da APM, a linha pontilhada (azul) a área
225 estabelecida pelo PDPA e em amarelo o território onde as habitações de interesse
226 social seriam construídas. De maneira geral, o empreendimento estava dentro da
227 Área de Proteção. Não só isso, a Prefeitura solicitou a descaracterização de

228 algumas regiões consideradas áreas de manancial e contribuição para o Guaió,
229 com o argumento que tais territórios estariam “antropizados em quase sua
230 totalidade”. Essa questão foi descartada e o grupo trabalharia apenas no traçado.
231 No final de 2023, o engenheiro de projetos, acompanhado de outros integrantes do
232 GT Mananciais e as Secretarias Municipais de Obras, Planejamento Urbano, Meio
233 Ambiente e outras, foram a campo para estudar as regiões delimitadas pela CDHU.
234 Foram percorridos 1600m e foi constatado que, realmente, será necessária a
235 retificação do traçado. Valburg comentou que o município de Poá deveria ser
236 contatado, pois a porção norte do manancial abarca tanto este, quanto a cidade de
237 Ferraz de Vasconcelos e, para manter uma coerência entre os traçados e para que
238 não houvesse questionamentos futuros, os dois municípios deveriam estar de
239 acordo com a proposta de ajuste. Sendo assim, realizaram reunião com a Prefeitura
240 de Poá e a proposta da nova delimitação foi aceita. A alteração estava em
241 concordância com o limite proposto na Lei Estadual 1.172/76. Após isso, a
242 mudança foi concluída. Em conclusão, Valburg recomendou que o traçado proposto
243 seja retificado na porção norte e, caso aprovado, o Comitê se comprometa com as
244 devidas articulações para que o antigo mapeamento seja substituído. Melissa, Hélio
245 e Gerson parabenizaram pelo trabalho e abriram para discussão. Não houve
246 manifestação.

247 **3.6 Aprovação da Deliberação CBH-AT nº 187 que aprova a manifestação**
248 **sobre o empreendimento residencial Mirangaba, na APR-M, no município**
249 **Itapecerica da Serra; A Deliberação foi aprovada por unanimidade.** Laura Stela
250 apresentou. Em síntese, o projeto é uma iniciativa parceria público privada entre a
251 Prefeitura de Itapecerica da Serra e a a Cooperativa Habitacional BIOHOUSE a fim
252 de construir uma habitação de interesse social para famílias assentadas em áreas
253 de risco e promover recuperação ambiental e pede o parecer do Comitê. O
254 empreendimento apresenta a construção de quatro torres com 25 pavimentos cada,
255 em torno de 650 unidades habitacionais, sendo 25 delas adaptadas para as
256 Pessoas com Deficiência (PCD). O projeto abate aproximadamente, 22.460 metros
257 cúbicos de afluentes, redução de 146 toneladas de resíduos sólidos, recuperação
258 integral da APP e revegetação da área degradada. Será custeado pela Cooperativa
259 BIOHOUSE e realizado pela SABESP, uma rede de água e esgoto. O parecer
260 técnico do Comitê fara parte da avaliação posterior a cargo da CETESB para o
261 parecer final deste órgão licenciador responsável. O empreendimento precisa
262 atender ao zoneamento do Plano Diretor Municipal e o zoneamento da APRM
263 Guarapiranga. É necessário, também, mostrar as análises e cálculos feitos que
264 comprovem as reduções evidenciadas para análises futuras. Também ponderou
265 que está havendo divulgação da iniciativa antes mesmo de qualquer aprovação, ato
266 configurado como crime, Artigo 50 da Lei federal 6.766/1979. Tanto a Prefeitura,
267 quanto a Cooperativa, foram alertados a procurar manifestação jurídica. Wolney
268 Castilho Alves (Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo-IPT)
269 questionou se a população foi consultada sobre o reassentamento, a fim de evitar
270 conflitos futuros com famílias que, possivelmente, podem não concordar com a
271 movimentação. Ele entende que a redação da Deliberação seja preliminar. Laura
272 agradeceu a contribuição.

273 **3.7 Aprovação da Deliberação CBH-AT nº 188 que aprova critérios para**
274 **análise, hierarquização, indicação de empreendimentos para financiamento**

275 **com recursos FEHIDRO em 2025. A Deliberação foi aprovada por**
276 **unanimidade.** Laura explicou que os saldos de recursos são suficientes para uma
277 segunda chamada. O item 8 do documento exposto, evidenciou que a Deliberação
278 CBH-AT nº 183, de 29 de agosto de 2024 aprovou, aproximadamente, 41 milhões
279 de reais dos recursos FEHIDRO para financiamento de empreendimentos. Sendo
280 assim, a proposta é estabelecer um banco de projetos, sendo financiado pelos
281 recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, em 2025, em primeira chamada,
282 indicados até 31 de maio. Será considerado o valor apurado para indicações em
283 2025 a ser disponibilizado após aprovação do Plano de Aplicação dos recursos da
284 cobrança pelo uso dos recursos hídricos e montante da CFURH disponibilizado
285 pelo CBH-AT. Podem, pelo cronograma, receber as análises e trabalhar na
286 montagem do banco de projetos, final de 2024. PDCs 1 e 2 são como para
287 investimento em ações de planejamento e gestão de recursos hídricos, rede de
288 monitoramento e sistemas de informações sobre os recursos hídricos, com, no
289 máximo, 25% de aplicação. As ações principais, no geral, são: elaboração de
290 estudos e padronização de metodologia de cálculo para determinação de demanda;
291 disponibilidade; balanço especial subterrâneo; elaboração e revisão de Planos
292 Diretores Municipais; diagnóstico da situação atual de uso e disponibilidade de
293 água subterrânea; elaboração e revisão de Planos Municipais de Gestão Integrada
294 de Resíduos (PMGIRS); implantação, aprimoramento ou ampliação de rede de
295 quantidade, qualidades ou quali-quantitativo das águas superficiais; implantação e
296 operacionalização do Sistemas de Informação de Gerenciamento de Áreas
297 Contaminadas da BAT e implementação de sistema dinâmico de planejamento e
298 gerenciamento dos recursos hídricos da Bacia do Alto Tietê. Laura afirmou que o
299 plano pode ser feito para todos os municípios da Região Metropolitana de São
300 Paulo ou para municípios consorciados. Já os PDCs 3, 4 e 7, os atos passíveis de
301 investimento são: esgotamento sanitário, manejo e disposição de resíduos sólidos,
302 intervenção em corpos d'água, soluções baseadas na natureza e ações estruturais
303 de micro ou macro, com um mínimo de 60% de aplicação. As principais ações são:
304 implementações e elaboração de projeto, tanto básicos como executivos; execução
305 de obras para implantação do sistema de coleta e transporte de esgotos, incluindo
306 ações de educação ambiental pertinentes à natureza da obra; obras para aumento
307 da capacidade de tratamento de esgoto visando a universalização; a
308 implementação de sistemas alternativos de esgotamento sanitário nos núcleos
309 isolados, no meio rural e nas manchas periurbanas; implementação e ampliação de
310 sistemas de coleta seletiva, tratamento e disposição final de resíduos sólidos
311 urbanos; projeto, básicos e executivos, e intervenções para revitalização de corpos
312 hídricos; execução de obras/serviços de intervenção direta nos corpos hídricos para
313 recuperação na qualidade da água; implementação de ações prevista nos Planos
314 de Manejo das Unidades de Conservação que resultem em benefícios à qualidade
315 e quantidade das águas; projeto executivo de restauração ecológica ou
316 recomposição da vegetação em APPs, várzeas e áreas de mananciais e
317 elaboração de projetos e execução de obras micro e macrodrenagem. No PDC 8 os
318 atos passíveis de investimento são para educação ambiental, vinculada às ações
319 do plano da bacia hidrográfica, passíveis de, no máximo, 10% do recurso
320 disponível. Ações como a sensibilização e mobilização da população quanto à
321 importância de ligação à rede de esgotamento sanitário e tratamento, também para
322 mudanças climáticas, seus riscos, impactos sobre os recursos hídricos em áreas
323 urbanas e/ou rurais e sobre a importância da proteção e fiscalização ambiental das

324 áreas de mananciais. De acordo com o calendário, o protocolo das propostas foi
325 iniciado em 1 de outubro e irá até 31 de janeiro de 2025. Até o final de janeiro
326 divulgação das propostas não habilitadas, por não entenderem a especificação do
327 Artigo 8 desta Deliberação, será divulgada. Do começo de fevereiro até 30 de maio
328 será feito o recebimento, análise, avaliação técnica, complementações, pontuação
329 e hierarquização dos recursos. Logo em seguida será feita a divulgação da
330 hierarquização dos projetos. No dia 30 de maio de 2025, Reunião Plenária para
331 deliberar sobre a indicação dos empreendimentos a serem financiados pelo
332 FEHIDRO em 2025. Laura disse que a formulação do banco de projetos só deve
333 acontecer caso os recursos do Plano de Aplicação não estiverem definidos até 15
334 de maio, caso contrário, a indicação final já pode ser efetuada. Gerson solicitou
335 esclarecimentos referente à menção “Estado”, se referia a quais órgão. Laura
336 respondeu que pode ser um órgão específico ou uma junção, não necessariamente
337 precisam ser do SP Águas.

338 **3.8 Aprovação da Deliberação CBH-AT nº 189 que aprova a assunção das**
339 **funções Secretaria Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada**
340 **Santista (CBH-BS) por parte da Fundação Agência de Bacia Hidrográfica do**
341 **Alto Tietê (FABHAT). A Deliberação foi aprovada por unanimidade.** Hélio iniciou
342 sua apresentação contextualizando o motivo da Deliberação e o trabalho proposto.
343 Segundo ele, os representantes de cargos públicos devem ser apartidários, mas
344 isso não impede o olhar crítico na execução dos processos democráticos, como por
345 exemplo nas políticas públicas. Em 2022, foi iniciada a campanha de eleição para
346 governador e, em São Paulo, dentre os diversos projetos propostos estava a
347 transformação do DAEE em SP-Águas. O Diretor Presidente da FABHAT disse que
348 não sabia como essa mudança seria executada e nem os objetivos dela, mas que
349 aconteceria entre 2023 e 2024. Em agosto de 2023, durante o Encontro dos
350 Comitês-ENCOB percebeu-se a dificuldade na integração do Comitê de Bacia
351 Hidrográfica da Baixada Santista e que muitos outros Comitês não teriam condições
352 de investir em uma Agência de apoio técnico e administrativo. Após a realização de
353 estudos, verificou-se que há a possibilidade de regionalizar os Comitês a fim dos
354 mesmos terem Secretarias Executivas assumidas pelas três agências
355 estabelecidas. Com oportunidade da FABHAT participar do processo delegatário, o
356 qual Hélio deixou claro que não é um desenvolvimento simples, já que as
357 legislações paulistas não mostram diretivas claras. O Diretor afirmou que o Termo
358 de Cooperação foi estudado e iniciado em dezembro de 2023 e já conta com o
359 parecer do jurídico da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do
360 Estado. Como de praxe, o documento foi encaminhado antecipadamente aos
361 membros do Comitê. O principal objetivo é fazer com que a FABHAT assumira a
362 Secretaria Executiva, prestando apoio técnico e administrativo ao Comitê da
363 Baixada Santista. O projeto piloto para tal mudança está sendo construído e será
364 necessário o envolvimento do Comitê do Alto Tietê, evidentemente, de acordo com
365 as Legislações pertinentes. Amauri Pollachi (ONDAS) externou que essa é uma
366 ótima iniciativa, mas questionou se existem dados que mostrem o valor de recurso
367 disponibilizado para a FABHAT, por parte do Comitê da Baixada Santista, e se
368 haverá algum tipo de escritório regional localizado no litoral e qual a expectativa do
369 quadro de funcionários. Hélio disse que seria transferido cerca de R\$ 800 mil reais
370 em recursos englobando custos de viagens, capacitações, entre outros, de um total
371 de R\$ 8 milhões de reais. Ele afirmou que haverá sim um Escritório, para apoio da

372 descentralização, com a presença de um profissional responsável pela cobrança, a
373 fim de ter uma abordagem mais próxima com os frequentadores do espaço, e uma
374 pessoa responsável pela Secretaria Executiva. O levantamento de custo ainda não
375 foi realizado e não se sabe ainda, como serão as contratações, até porque é um
376 processo muito novo. Hélio finalizou dizendo que tanto a FABHAT, quanto o CBH-
377 BS, devem trabalhar em conjunto para atingir o objetivo principal proposto pela
378 Deliberação. **4 e 5. Outros assuntos e Encerramento.** Não houve outros assuntos
379 relevantes. No encerramento, cumprida a ordem do dia, Hélio agradeceu pelo
380 trabalho exercido. Esta Ata, resumo executivo dos registros taquigráficos da Ata de
381 inteiro teor, foi elaborada pelo Taquígrafo Dartan Gravina.